

A inocência protege?



Marcos Ribeiro
autor do livro
“Educação em
Sexualidade”

O filósofo Rousseau (1712-1778) no século 18 tinha a ideia de que a ignorância e a informação dirigida e repressiva eram o “pior dos males”, preservando assim a criança dos “perigos” da sexualidade. Três séculos depois, este é um assunto que não está totalmente resolvido, pois parece que a conversa sobre sexualidade ainda causa um desconforto, como se estivéssemos falando sobre algo pecaminoso e, por isso, impróprio.

Falar de sexualidade com as crianças é mesmo necessário, por que? Poderia achar isto de fatores, mas rapidamente podemos dizer que conhecer o próprio corpo e ter acesso à informação é direito de todas as pessoas.

Inocência não protege, muito pelo contrário, coloca a criança mais vulnerável a situações absurdas e criminosas, como acompanhamos nos últimos dias o caso de uma menina de dez anos, violentada por quatro anos pelo tio. Uma notícia que revolta a todos nós.

Mas sem que se essa criança tivesse informação o resultado desta violência seria o mesmo? Certamente não! E de nenhuma outra menina e menino que são abusados sexualmente no nosso país.

Conversar com a criança é uma forma de protegê-la a uma situação de risco como um abuso ou exploração sexual e, mais tarde, de uma gravidez não planejada na adolescência, de uma Infecção Sexualmente Transmissível (ISTs) ou uma situação de violência em que a mulher é a vítima preferencial.

É importante explicar a criança a diferença entre o carinho permitido e o abusivo; que no corpo dela

“Inocência não protege, muito pelo contrário, coloca a criança mais vulnerável a situações absurdas e criminosas”

ninguém pode tocar e que nenhuma criança mais velha, adolescente ou adulto pode manter segredos sem o conhecimento dos pais (dos dois, pai e mãe) ou responsáveis.

Estamos falando de uma Educação em Sexualidade pedagogicamente planejada, com os temas e recursos adequados a cada série/idade escolar. É um erro pensar que queremos substituir a família, muito pelo contrário, o trabalho a ser realizado pela escola vem somar, em parceria: informando, desenvolvendo a cidadania e o respeito às diferenças. É um trabalho pautado nos Direitos Humanos e na construção da cidadania.

Este trabalho ajuda às crianças e adolescentes na autonomia para se protegerem ou pedirem ajuda quando for necessário, a cuidarem da própria saúde, a desenvolverem relações respeitosas com as outras pessoas e a conhecerem os próprios direitos, garantindo-os.

PRESENÇA *pedagógica* na sala de aula

êxito
INSTITUTO DE EMPREENDEDORISMO

OEI

GESTÃO E AUTOGESTÃO NA ESFERA EDUCACIONAL

■ ENTREVISTA

Especialista em educação sexual, Marcos Ribeiro fala sobre sexualidade na escola

■ TECNOLOGIA

O uso de vídeos como ferramenta complementar no processo de ensino-aprendizagem

■ NEUROCIÊNCIA

Cérebro e afetividade para uma aprendizagem significativa

É PRECISO FALAR SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA

Especialista em educação sexual, Marcos Ribeiro ressalta a importância de abordar os aspectos afetivos e sociais, além dos biológicos, mas também as políticas públicas ligadas à sexualidade

A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, da Unesco, de 2018, indica que o ensino deve servir para que os jovens desenvolvam conhecimento, habilidades e valores éticos para fazer escolhas saudáveis e respeitáveis sobre os relacionamentos, o sexo e a reprodução.

O documento propõe a “educação sexual compreensiva”, cujo objetivo é nortear o processo de aprender e ensinar sobre os aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais da sexualidade. O texto discute temáticas mais científicas, como fisiologia e anatomia sexual e reprodutiva, puberdade e menstruação, reprodução, métodos contraceptivos modernos, gravidez e partos, além das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Mas também trata de outras dimensões da sexualidade, como igualdade de gênero, amor, orientação sexual e identidade de gênero.

Para falar sobre o assunto, a Presença Pedagógica conversou com Marcos Ribeiro, mestrando em Educação Sexual (Unesp) e pós-graduado em Educação Infantil e Desenvolvimento e em Sexualidade (UCAM/AVM). Consultor pontual na área de sexualidade, com trabalhos realizados para John Hopkins University, Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, Unesco, entre outras instituições, é também parecerista dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental I), no eixo Orientação Sexual, para o Ministério da Educação.

Ribeiro é autor premiado pela Academia Brasileira de Letras, e já recebeu também o Troféu Literatura Clarice Lispector, 2020 e 2021, com os livros *Educação em sexualidade – conteúdos, metodologias e entraves*, na categoria pesquisa; e *A conversa sobre sexualidade na escola – da Educação Infantil ao Ensino Médio*, na categoria educação. É organizador e coautor da obra *A conversa sobre gênero na escola – aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Confira a entrevista!



Marcos Ribeiro, mestrando em Educação Sexual e pós-graduado em Educação Infantil e Desenvolvimento e em Sexualidade

A educação sexual na escola deve iniciar em qual idade? Por quê?

A sexualidade tem um papel importante no desenvolvimento físico, afetivo, social e cognitivo de crianças e adolescentes. Além das questões biológicas, é importante que o(a) professor(a) trabalhe o respeito às diferenças; a construção das famílias – inclusive pedindo que cada aluno(a) desenhe a sua; o conhecimento do corpo e a diferença entre o toque de carinho e o toque abusivo – como uma forma de prevenção ao abuso sexual; a igualdade de direitos e o combate a todo tipo de preconceito. São conteúdos a serem apresentados de acordo com o ano escolar e a faixa etária do(a) aluno(a).

Na Educação Infantil, o(a) professor(a) pode inserir o tema no dia a dia das atividades escolares, como nas brincadeiras coletivas, sem separar meninos e meninas, fazendo o mesmo ao formar a fila para a sala de aula. Nessa idade, muitas crianças já diferenciam o que consideram cor de menina e cor de menino, o que é uma boa oportunidade para explicar que todas as cores podem ser de todas as pessoas.

No Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, o docente pode trabalhar por meio da interdisciplinaridade ou atividades pontuais, de acordo com o planejamento da escola, com conteúdos e metodologia. Gestão escolar, coordenação pedagógica e professores(as) podem planejar esse trabalho juntos.

A ignorância, no sentido de ignorar e desconhecer o assunto, nunca foi a melhor aliada da informação e da educação de alunos(as) e filhos(as), além de torná-los(as) mais vulneráveis.



De que forma uma educação sexual que envolve os aspectos biológicos, mas também sociais e políticos da afetividade e sexualidade humana é essencial para colocar em prática as competências transversais da BNCC?

Os conteúdos biológicos, mesmo sendo fundamentais no trabalho de educação sexual, por si só não respondem a todas as demandas da sexualidade. A nossa história, de identidade pessoal e identidade social, “conversa” com os aspectos socioculturais, psicológicos, afetivos e cognitivos.

É fundamental que as políticas públicas educacionais coloquem esse assunto em pauta, de forma transversal e com o arcebouço teórico que contemple todas essas questões. No entanto, com a ausência desse tema na Base Nacional Comum Curricular [BNCC], como tínhamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais [PCNs], fica difícil qualquer tratativa nesse sentido.

Como dialogar com um documento oficial que não traz nos temas contemporâneos o debate sobre sexualidade? Fica a ideia de que, se o documento normativo – referência obrigatória para a elaboração dos currículos escolares e propostas pedagó-

“

Os conteúdos biológicos, mesmo sendo fundamentais no trabalho de educação sexual, por si só não respondem a todas as demandas da sexualidade

”

gicas para a Educação Básica – não trata da sexualidade, é porque ela não é algo primordial para a formação de crianças e adolescentes.

Podemos encontrar esse assunto em parte do texto, complementando a parte biológica e reprodutiva, o que não é a ideia de um trabalho de educação sexual como estamos vendo nesta entrevista.

Já ouvi colegas dizerem que podemos aproveitar as “brechas” da BNCC para a abordagem da sexualidade com os(as) alunos(as). Estamos falando de educação e conteúdos importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e, partindo dessa premissa, como vou abordar tais temas como se estivesse à fresta da porta, compactuando com a ideia de que é preciso ser às escondidas por ser algo proibido?

O livro *A conversa sobre sexualidade na escola*, em que é levantada a questão da Educação Infantil ao Ensino Médio, traz a importância das tecnologias digitais. De que forma elas podem auxiliar no processo educacional?

As tecnologias digitais, que já fazem parte da nossa rotina, se não eram uma realidade para as escolas no sentido *latu*, com a pandemia da Covid-19, instituições e docentes precisa-

ram se reinventar para esse “novo perfil de educação” que se impunha diante dos fatos, obrigando todas as pessoas a se adaptarem às novas estratégias tecnológicas.

Nesse sentido, as aulas remotas, as pesquisas dirigidas, as conferências on-line, os bate-papos, que podem ser realizados entre a escola e as famílias – alunos(as) e responsáveis – e os jogos interativos podem trazer como conteúdo a sexualidade e todas as intercessões que o tema permite.

As tecnologias digitais fazem parte do universo dessas novas gerações – nativos digitais – e, por isso, os(as) próprios(as) alunos(as) podem organizar uma atividade com a orientação do(a) professor(a) e o auxílio de um(a) responsável que seja da área tecnológica. Fica a ideia!

Existe o limite para a educação sexual para os alunos, ou seja, até onde o professor poderá ir? O que dizer aos pais que pensam que a sexualidade pode ser “despertada” na criança que ainda não tenha se “despertado” para ela?

Precisamos entender que os limites dos(as) professores(as) para um trabalho de educação sexual não é muito diferente do que se espera do docente em outras disciplinas ou atividades do colégio.

Em relação à conversa sobre sexualidade, é importante ficar atento(a) a alguns pontos:

- Não dizer o que é certo ou errado nem impor os seus valores.
- Não dizer o que deve ou não fazer.
- Não falar da vida pessoal e da própria intimidade.
- Nem mesmo os(as) alunos(as) falarem da sua vida íntima ou de suas famílias.

É importante entender que essas questões são valores das famílias. Na escola, cabe o debate, a troca de ideias, a boa convivência com as diferenças, e deve-se intervir pedagogicamente em situações de *bullying* e comportamentos de discriminação e preconceito.

Em relação às famílias, é importante informar que a educação sexual não tem nada a ver com ensinar crianças a fazer sexo, mas de falar sobre o corpo, as emoções e como utilizar a informação para se protegerem.

Você acredita que crianças e adolescentes, com boa educação sexual em casa e na escola, protelam o início da vida sexual, em comparação aos que não a têm, ou seja, há o entendimento da sua seriedade?

O trabalho de educação sexual, como estamos vendo ao longo desta entrevista, coopera muito significativamente para o desenvolvimento integral do(a) adolescente. Não é uma “política de abstinência” que vai protegê-los(as), muito pelo contrário, a ignorância – no sentido de desconhecer o assunto – os tornam mais vulneráveis a várias situações que poderiam ser evitadas se, de forma preventiva, a conversa sobre sexualidade em casa e na escola tivesse ocorrido.



Nas atividades pedagógicas realizadas, os(as) adolescentes “vivenciam” a experiência de dizer “não!”; debatem os motivos que levam muitos jovens a terem relações precoces e desprotegidas; entendem qual é o momento certo e outras questões importantes para a conversa sobre sexualidade.

É fundamental reconstruirmos a ideia de que a educação sexual incentiva a uma vida sexual precoce. Muito pelo contrário. A Organização Mundial de Saúde (OMS) analisou mais de mil relatórios a respeito do ensino da educação sexual na vida dos(as) adolescentes e os resultados identificaram que, quanto mais informação, mais tarde eles iniciam sua vida sexual.

Em outra publicação sua, intitulada *Educação em sexualidade*, são apresentadas as metodologias mais indicadas para a realização das atividades em sala de aula. Você poderia citar algumas?

A metodologia mais indicada para o trabalho de educação sexual é aquela em que o(a) aluno(a) tenha uma participação direta no processo de ensino e aprendizagem, sem ser um “mero espectador” e também que o(a) professor(a) não seja um “expositor da matéria”.

“

Não é uma ‘política de abstinência’ que vai protegê-los(as), muito pelo contrário, a ignorância – no sentido de desconhecer o assunto – os tornam mais vulneráveis a várias situações que poderiam ser evitadas se, de forma preventiva, a conversa sobre sexualidade em casa e na escola tivesse ocorrido

”

Essa proposta permite que o(a) próprio(a) aluno(a) reflita sobre a sua aprendizagem e desperte a sua importância e protagonismo em todo esse processo. As metodologias ativas – nossa proposta de trabalho – mudam o lugar de fala dos atores sociais da escola e rompem com o modelo tradicional no qual um “ensina” e o outro “aprende”.

A partir dessa ideia, propomos para o Ensino Fundamental I e II (EF I e EF II) e Ensino Médio (EM):

- **Aula específica (EF II):** É fundamental que esteja inserida no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e seja planejada com os conteúdos adequados à faixa etária e ano escolar, distribuídos durante todo o ano letivo; e o(a) professor(a) responsável com conhecimentos dos conteúdos a serem trabalhados e estratégias pedagógicas definidas no planejamento.
- **Discussão circular em oficinas (EF II):** O trabalho pode ser no contracurso do horário das aulas, com a quantidade de encontros e planejamentos definidos previamente. O(A) professor(a) pode fazer um levantamento com a turma dos temas de interesse para inseri-los dentro do planejamento. Uma “caixinha de sugestões” pode ser uma boa opção para os mais envergonhados.

• **Feiras culturais, de literatura ou ciências (EF I e EF II):** A leitura de um livro paradigmático, uma ação cultural ou a feira de ciências pode “trazer” para a escola os mais diversos temas da área de sexualidade trabalhados pelos(as) professores(as) do EF I e EF II. Eu sempre visito escolas com os meus livros infantis e é sempre um aprendizado muito rico para todos.

• **Por meio da interdisciplinaridade (EF I e EF II):** O trabalho de educação sexual por meio da interdisciplinaridade é muito indicado para o EF I. Nesse sentido, mesmo para o EF II, é preciso estar inserido no PPP da escola e planejado em conjunto com os(as) outros(as) professores(as).

O programa do governo federal *Gênero e diversidade na escola*, de 2006, é aplicado da forma correta na maioria das escolas? Há incidência maior nas instituições públicas ou privadas?

O projeto *Gênero e diversidade na escola*, realizado pelo governo federal, foi experiência importante de formação de educadoras(es) nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Seu objetivo foi contribuir para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública buscando ampliar a compreensão

são e fortalecer ações de combate à discriminação e ao preconceito de gênero vigente na sociedade.

Infelizmente a realidade do nosso país na atualidade faz com que esse debate seja excluído das políticas educacionais, com alegações infundadas, sem conhecimento técnico-científico, com opiniões pessoais como se fossem dados da ciência e pelo viés político-partidário e religioso, lembrando, para os esquecidos, que o Brasil é um Estado laico desde 1890, em um decreto de Ruy Barbosa.

Mesmo sem uma continuidade efetiva, as ações continuam nas instituições públicas de forma pontual, por interesse dos docentes que passaram por esse projeto. O que queremos, no entanto, é que o poder público não tenha projetos pontuais, mas com continuidade, planejados e com o acesso de todos(as) os(as) alunos(as).

O sexismo está presente no espaço escolar, em função das brincadeiras destinadas aos meninos e às meninas, determinando perfis apropriados para cada atividade. Qual o papel da escola na equidade de gêneros e, em termos práticos, o que o docente pode fazer para realizar esse trabalho?

A escola reproduz o conceito da sociedade que, em pleno século XXI, ainda reproduz a desigualdade de gênero dos afazeres domésticos ao mercado de trabalho, quando uma mulher, mesmo exercendo a mesma atividade do homem, ganha 78% do que os homens ganham. É o que mostra a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. O levantamento foi feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) entre 2012 e 2020.



Os trabalhos escolares e as atividades lúdicas podem ser realizados no coletivo; os brinquedos compartilhados com todos, sem a divisão de que boneca é “coisa de menina” e bola é “coisa de menino”. O conceito de que as emoções e as atitudes percebidas pertencem ao ser humano e, nesse sentido, o menino pode chorar e a menina não ser tão frágil, podem ser trabalhados desde a Educação Infantil.

No seu livro *A conversa sobre gênero na escola*, é levantado que debater gênero em sala de aula é um direito constitucional. Até que ponto essa orientação influencia na formação de cidadãos e cidadãs?

Este livro, do que sou organizador e coautor com mais 15 autores, traz a discussão sobre gênero de forma profunda e interdisciplinar. A Constituição Federal, em seu art. 6 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos arts. 7 e 53, trazem as garantias sociais e educacionais importantes para o pleno exercício da cidadania. Nesse contexto, a sexualidade como parte integrante do desenvolvimento de todas as pessoas, que se relaciona com a sua identidade pessoal e social, não pode ficar fora dessa conversa.

O art. 17 do Estatuto da Juventude (2013) diz que o jovem tem direito à diversidade e

“

A escola reproduz o conceito da sociedade que, em pleno século XXI, ainda reproduz a desigualdade de gênero dos afazeres domésticos ao mercado de trabalho, quando uma mulher, mesmo exercendo a mesma atividade do homem, ganha 78% do que os homens ganham

”

à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado, entre outros motivos, pelo sexo e por sua orientação sexual. A Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969), base importante do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos, e a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989), que objetiva a proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo, aprovada pela ONU e seus países-membros, em que o Brasil é signatário, trazem esta base legal para o(a) professor(a) e o seu trabalho de educação sexual na escola.

A Agenda 2030 estabelece um conjunto de estratégias que nortearão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros e, nesse sentido, a discussão educação, gênero e sexualidade faz parte dessas ações.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu liminarmente a validade de uma lei de uma capital da região norte do país, que proibia a discussão e o uso do material didático sobre gênero e sexualidade nas escolas. Segundo o ministro, a norma “afronta a Constituição, que assegura o direito à igualdade e ao pluralismo das ideias [...] é na escola que se pode aprender que todas as pessoas são dignas de igual respeito e consideração. O não enfrentamento do estigma e do precon-

ceito nas escolas, principal espaço de aquisição de conhecimento e de socialização das crianças, contribui para a perpetuação de tais condutas e para a sistemática violação da autoestima e da dignidade de crianças e jovens [...]”.

Esses são alguns exemplos que mostram que a discussão desse tema na escola já tem um amparo legal e existem marcos nacionais e internacionais que garantem esse trabalho.

A partir de qual idade é possível educar a criança no combate ao sexismo? Por quê?

O debate que envolve gênero e sexualidade e, por conseguinte, o combate ao sexismo, deve estar na educação de meninos e meninas desde sempre, nas relações igualitárias dentro de casa; nas falas familiares; nas atividades domésticas, com a divisão de tarefas, porque muitos acreditam que as mulheres têm um desejo natural para enfrentar a louça que a espera na pia da cozinha; ou nos brinquedos e brincadeiras, sem associar o garoto ao raciocínio lógico e as meninas às atividades humanas.

E na escola não deve ser diferente. Por quê? Porque diferença não significa desigualdade e sim que as oportunidades precisam ser iguais, independentemente do gênero. ◇

PRESENÇA *pedagógica* na sala de aula

êxito
INSTITUTO DE EMPREENDIMENTO

EDUCANDO MENINOS

ARTIGO
O cuidar e a escuta emocional
no processo da aprendizagem
escolar

ENTREVISTA
Educador Dalmir Sant'Anna
relaciona cotidiano escolar e
aprendizado

FORMAÇÃO CONTINUADA
Uma reflexão sobre sala de
aula, professores e paradigma
educacional

EDUCANDO MENINOS





*S*e é de pequeno que se torce o pepino, como se diz em reprimenda a atos reprováveis, é também na educação das crianças e no trabalho que fazemos na escola que as educamos para a igualdade de direitos, respeito às mulheres e às diferenças, ao combate ao racismo e a todas as formas de preconceito.



FreePik

A educação sexista, que atribui mais direitos aos meninos do que às meninas, desde pequenos, é a base para a desigualdade de gênero que produz defasagem salarial mesmo que a função exercida seja a mesma: as mulheres chegam a receber 25% menos que os homens; faltam oportunidades iguais; e o machismo faz o homem acreditar que tem poder sobre o corpo da mulher, o que resulta em violências de todo tipo, incluindo o feminicídio.

O estudo *Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências* (IPlan, 2014), pesquisa realizada com 1.771 meninas de 6 a 14 anos de idade, nas cinco regiões do Brasil, revelou que 81,4% das meninas arrumam a própria cama, tarefa que só é executada por 11,6% dos irmãos (meninos). 76,8% das meninas lavam a louça e 65,6% limpam a casa, enquanto apenas 12,5% dos irmãos lavam a louça e 11,4% limpam a casa. 41% das meninas cozinham e 34,6% cuidam dos seus irmãos. Já os garotos somam 11,4% dos que fazem a comida e 10% dos que participam do cuidado dos irmãos mais novos.



POR QUE ISSO É RUIM?

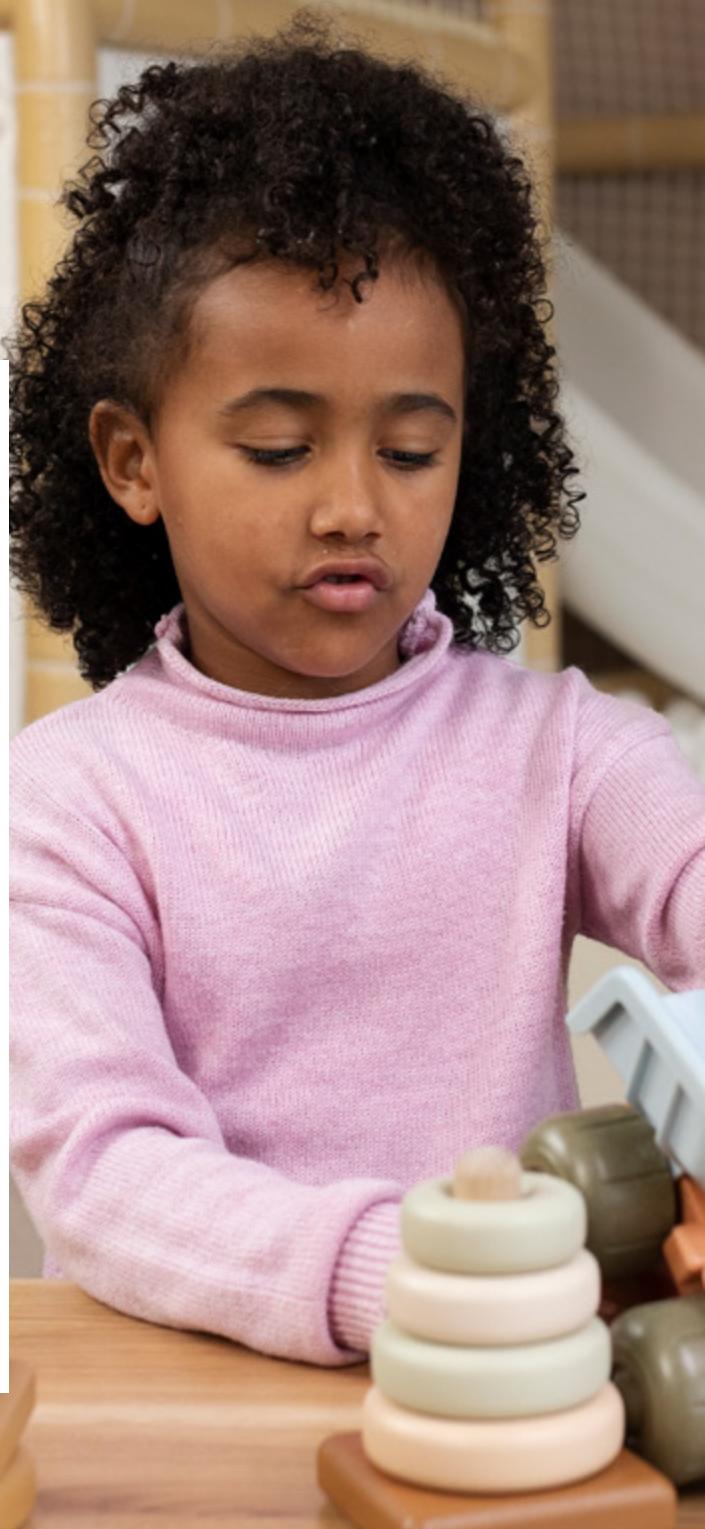
Atribuir essas tarefas ao gênero feminino é uma forma de “naturalizar” que cabe à menina e, mais tarde, à mulher, um papel que cabe aos dois gêneros. A educação sexista reflete na autoestima, nos estudos, na convivência escolar, nos relacionamentos futuros, na crença do homem que se considera com mais direitos do que a mulher, e no trabalho, com mais oportunidades para o homem, como se a mulher não fosse capaz. Dessa forma, a educação dos meninos é construída com base numa masculinidade tóxica, com repercussões negativas na escola e, mais tarde, na vida pessoal e profissional.

QUAL O PAPEL DA ESCOLA?

Abrir o espaço para a discussão da equidade de gênero; já temos um suporte legal que legitima essa discussão por parte do docente e da instituição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em seu art. 53, traz que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania”; e a Constituição Federal, em seu art. 6º, traz a educação como um dos direitos do cidadão. Nesse sentido, faz parte de todo o processo educativo a conversa sobre gênero, sexualidade e direitos iguais, o que contribui para o desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e social da criança.

Temos respaldo também no Estatuto da Juventude (art. 17): “O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos (...) e não será discriminado por motivo de: I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II – orientação sexual (...); nas Diretrizes Curriculares Nacionais: “Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular os seus conteúdos (...). Temas como saúde, sexualidade e gênero (...); na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969); na Agenda 2030 (2015) e nos Princípios do Yogyakarta (2007), que estabelecem a efetivação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.





EM TERMOS PRÁTICOS, O QUE PODEMOS FAZER?

1. Nos EUA, aulas a respeito das questões positivas da masculinidade ajudam a diminuir índices de violência contra a mulher. O programa mudou as crenças da turma sobre atitudes violentas, incluindo assédio e a violência sexual. Ao se concentrar em expressões positivas de masculinidade, essa proposta ajuda os meninos a encontrarem maneiras positivas de prevenir a violência.

2. Em 2020, o governo britânico tornou obrigatória a inclusão da educação sobre relacionamento no currículo escolar. Essa preocupação se justifica na medida em que a “relação abusiva” e o “controle coercitivo” não são tão visíveis quanto a agressão física, mas muito danosos – e esse comportamento já pode ser visto nas escolas.

A escola pode realizar atividades em grupo – no contraturno escolar ou através da interdisciplinaridade, oficinas ou feiras de ciência e literatura – com discussões sobre gênero, *bullying* e outras violências, igualdade de direitos, além de realizar campanhas que ressaltem o respeito às diferenças. O trabalho pode ser realizado por um docente e um aluno, que poderá multiplicar as ações na escola.



ALGUMAS AÇÕES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA O DEBATE NA ESCOLA:

1. Meninos e meninas podem brincar juntos:

Meninas podem correr, pular, se sujar. Não é por serem meninas que serão frágeis. Podemos ter meninas mais ágeis e meninos mais lentos, tudo bem! Mas elas também podem brincar de carrinho, jogar bola, casinha e princesa. E os meninos de boneca, bola e jogos no computador.

2. Os brinquedos podem ser os mesmos:

É importante entendermos que as crianças estão numa fase de conhecer, descobrir, brincar, experimentar, e que a casa e os brinquedos do sexo oposto fazem parte dessas fantasias e descobertas. Todos podem se divertir com os mais diferentes brinquedos e brincar juntos, sem distinção de gênero. No mundo atual, os filhos veem os pais cozinhando e a mãe dirigindo; então, por que não trazer essa realidade para os brinquedos e as atividades escolares?

3. As cores não definem se é coisa de menino ou de menina:

Ao longo da história, a cor azul, ao contrário do que se propaga hoje, era o tom das vestimentas femininas, a partir da religião cristã, que introduziu essa ideia. Tanto que a imagem da Virgem Maria contava com uma túnica cuja tonalidade era formada por um tom azul-claro. A tonalidade virou a cor da Virgem Maria, que representa a delicadeza e a maternidade. Por outro lado, a cor rosa era símbolo de força e poder, uma representação do sangue diluído, fruto de grandes batalhas e conquistas com o uso da coragem. Nas obras de arte, podemos ver homens usando roupas no tom rosa, como o rei Luís XV, da França. Como se vê, não existe nenhuma base científica para essa associação.

4. As meninas não precisam que cuidem delas!

Elas precisam de que as respeitem, que os seus direitos sejam garantidos com igualdade; precisam ter consciência de que seus corpos lhes pertencem e que tocá-los, só com permissão.

5. Homem que é homem não chora!

Chora, sim! Choramos porque nos sentimos tristes, chateados e porque sentimos uma dor no peito. Isso independe de ser menino ou menina. Meninos também podem demonstrar medo, fragilidade e nem serem tão corajosos.

Essas ações podem ser trabalhadas nas turmas – cada item numa turma – e os resultados apresentados num painel aberto a todos, seguido de um debate com todos da escola.

Estando no começo do ano, podemos incluí-los no planejamento escolar, o que garante a igualdade de direitos e cultura pela paz, como contempla a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através da inclusão da Lei n. 13.663, de 2018, em seu inciso X, que “estabelece ações destinadas a promover a cultura pela paz nas escolas”.

Quem sabe não chegou a hora? ◇